

Visão APSEF

Edição Nº 22 - Agosto de 2014

A revista que acompanha você

SABEDORIA NA HORA DE VOTAR



Por sua experiência de vida, pessoas da melhor idade são uma boa referência para a juventude nas eleições de 2014

**DÉRCIO MUNHOZ DIZ QUE
PAÍS DEU SALTO PARA TRÁS**

**VEJA O QUE FAZER PARA TORNAR
SUA VIDA MAIS LONGA**

**ABERTO CONCURSO DE POESIAS
PARA OS ASSOCIADOS**

NESTA EDIÇÃO



03

EDITORIAL

Presente inesperado, futuro imprevisível

04

ENTREVISTA

“O país deu um salto para trás”

09

ESPECIAL

O dia em que o país chorou

12

ELEIÇÕES

O jogo agora é outro

16

ECONOMIA

O plano que transformou o país

19

LONGEVIDADE

Sete receitas para uma vida longa

22

SERVIÇO PÚBLICO

Informações de interesse dos associados

26

ARTIGO

Em defesa dos juízes

28

SAÚDE

A ansiedade que adocece

30

LAZER

Do paganismo ao forró

33

ARTIGO

As incoerências do nosso tempo

34

POESIAS

Concurso de poesias APSEF/2014

Uma publicação da



Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal

Presidente
Maria Cecília Soares da Silva Landim

Vice-Presidente de Administração, Finanças e Patrimônio
Margarida Maria Gonzaga Pereira

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos
Priscila Maria Lima Hipólito

Ano 7 | Nº 22 | Agosto de 2014

Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais
Vera Regina da Silva Massena

Vice-Presidente de Assuntos Sócio-Culturais
Carmem Camilo

Conselho Fiscal
Arthur Oscar Franco de Sá

Maria Alves Figueiredo
Maria Eduvirgem Simas Pereira

Endereço:

SCN Qd. 01, Bloco "F", Nº 79
Salas 1211/1213
Ed. América Office Tower – Brasília/DF
CEP: 70711-905

Telefone:

(61)3037-9072 / 3034-3983

E-mail: presidencia@apsef.org.br

Site: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

Diretor de redação
Francisco Amorim

Editor-chefe:

Washington Sidney

Subeditora: **Carla Lisboa**

Editor de arte/finalização:
Elton Mark

Conselho Editorial:

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Francisco Amorim

Washington Sidney

Luiz Soares

Impressão:

Qualytá Gráfica e Editora

Presente inesperado, futuro imprevisível

Há algo de imprevisível no ar. E esse estranho sentimento vem se arrastando, se encorpando nos últimos anos, no Brasil e no mundo. Analistas políticos, sociais e econômicos esforçam-se para desenhar o futuro no curto e no médio prazo. E antes que o longo prazo se faça presente, já foram traídos por movimentos inesperados e por mutações cotidianas que viram ao avesso alguns cenários que pareciam bastante prováveis.

Em 2013, os movimentos sociais invadiram as ruas e acuaram políticos em seus gabinetes. Um sentimento de inércia tomou conta dos governantes e não foram poucos os que acreditavam que se iniciava ali, na luta pela redução das tarifas de transporte e nas máscaras e bombas dos *black blocs*, o processo de construção de novas lideranças para fazer frente a “tudo que aí está”. Um ano depois, nem rastro dos efeitos de tanta depredação pelas ruas das capitais. A fada Sininho acabou presa junto com Peter Pan e os demais integrantes da Terra do Nunca. E muitos dos que prometeram derrubar a corrupção no Brasil brigam hoje, isso sim, para desmoralizar a Lei da Ficha Limpa.

No plano internacional, quem poderia prever que 2014 seria marcado por uma quantidade tão grande de graves conflitos simultâneos em várias regiões do planeta? Ucrânia, Faixa de Gaza, Iraque e Síria aí estão, estremecendo os alicerces da diplomacia e colocando a paz mundial em xeque. Avião desaparecido, outro derrubado por um míssil desgobernado, assim como desgobernada segue a trajetória do vírus ebola na África Ocidental.

No Brasil, uma derrota humilhante para a Alemanha, que nenhum vidente poderia prever, e uma Copa do Mundo cujo legado prometido virou promessa para um futuro próximo. Sim, contrariando os pessimistas, houve Copa. Mas não propriamente pela ação governamental direta ou pela qualidade da Seleção verde-amarela. O sucesso se fez presente na alegria das arquibancadas, com turistas invadindo as sedes dos jogos, experimentando da hospitalidade nata do povo brasileiro.

No Brasil do pós-Copa, imprevisível é o presente das eleições e o futuro em 2015. Quem se arrisca hoje a prever o cenário econômico no primeiro ano do próximo mandato presidencial? Reajustes represados, inflação oscilante,

PIBinho e queda na Bolsa, derrubada ao sabor dos escândalos na Petrobras.

Novas promessas, velhos candidatos. O novo concorrente, disposto a pavimentar uma terceira via, foi alcançado pela tragédia imprevista, comovendo o País. Os que ficam parecem mais do mesmo. Certamente irão prometer – como fazem nos últimos vinte anos – a tão necessária reforma política, a almejada reforma tributária, ênfase maior no combate à corrupção e, claro, manutenção da política assistencialista – até porque ninguém é de ferro e precisa, e muito, dos votos das classes menos favorecidas.

Por outro lado, qual dos candidatos ou candidatas se habilita a falar séria e compromissadamente sobre o Serviço Público? Quais são as perspectivas para o quadriênio 2015/2018? A meritocracia, enfim, deixará de ser uma falácia que visou apenas impedir a melhoria remuneratória de aposentados e pensionistas? Alguém terá coragem de mexer no fator previdenciário? Ou de promover uma política de reajustes do funcionalismo que preserve o poder de compra e não seja anulada pela falta de reajuste da tabela do Imposto de Renda?

Mais uma vez, vale o voto consciente. Você conhece mesmo a proposta de seu candidato a deputado federal ou senador? Melhor: sabe qual o desempenho daqueles que ajudou a eleger quatro anos atrás?

Muitos de nós, aposentados e pensionistas, sequer temos a obrigação de comparecer às urnas. E ainda que estejamos em idade para tal, poderíamos votar nulo, ou branco. Mas nós, até mais que os mais jovens, temos a mesma obrigação com o Brasil que ajudamos a construir, anos atrás, dando sustentação às nossas famílias e edificando o serviço público, o Estado brasileiro, qualquer que tenha sido o governo de plantão. Uma obrigação que se repete a cada eleição e que a cada voto renova a esperança de dias de um Brasil melhor. Ainda que ninguém possa prever qual será o Brasil dos anos que virão.

Boa leitura!

Maria Cecília Soares Landim
Presidente da APSEF



Divulgação

“O país deu um salto para trás”

Economista diz que Brasil virou centro de especulação financeira e voltou à realidade dos anos 60, quando era mero exportador de produtos primários. Segundo ele, os últimos governos travaram a indústria nacional

► **Washington Sidney**

Que avaliação o senhor faz do Plano Real?

DÉRCIO MUNHOZ – Como paro uma inflação de 40% ao mês? A inflação é um movimento – aumento de custos, aumento de preços... E quando para, alguém tem aumento de custos sem aumento de preços. Você não tem estabilidade sem perdedores. Por isso fracassaram aqueles planos depois do Cruzado. Porque se fazia plano de estabilização em que não tinha perdedor. Isso não existe. Rapidamente vinham movimentos de preços e não havia polícia que segurasse o gado no pasto.

E quem foi o perdedor do Plano Real?

DÉRCIO MUNHOZ – Quando criou uma moeda, valorizou o câmbio. O que isso significa? Os exportadores passam a perder. E reduziu automaticamente o custo das importações. Então, introduziu-se um componente de compensação no sistema econômico: a redução de preços através do câmbio. E quando a URV entrou em circulação, dia primeiro de julho, engoliu o aumento de preços de metade do mês de junho. Então, deu-se uma redução de 20% dos salários. A população não sentiu, pois havia um sistema de relançamento mensal e ela não tinha como fazer compras, porque estava sem capacidade

de endividamento, já que as prestações de suas compras eram com correção mensal. Então, recuperou a capacidade de endividamento. E deu até a ideia de que tinha melhorado sua situação. E realmente foi isso: ela avançou na aquisição de uma série de bens que não podia antes. Então, deu a sensação de melhoria numa situação de redução do poder de compra da população.

Foi um plano bem pensado...

DÉRCIO MUNHOZ – De extrema genialidade. Agora, se tenho salários presos e continuo reduzindo-os depois do plano, e se continuei segurando o câmbio, o poder de compra das famílias estava neutralizado. E o poder de compra das exportações também. As duas principais fontes de demanda da economia estavam bloqueadas. Tinha de vir a grande solução. Quem será o perdedor daqui pra frente para recuperar o dinamismo da economia? A equipe do governo nunca deu resposta a isso. Tanto que fomos com estagnação durante todo o tempo. No início de 99 foram obrigados a corrigir o câmbio, porque o país acumulou um endividamento grande e houve crise financeira nos países que tinham moeda valorizada e desequilíbrio crescente.

E o que aconteceu?

DÉRCIO MUNHOZ – Com a questão cambial consertada, o Brasil foi andando de lado, porque em todos os momentos do pós-Real houve aumento da carga tributária. Continuamente. Porque o país entrou no circuito da especulação financeira internacional numa posição de destaque, por ser uma grande economia. O capital de curto prazo começou a entrar. Com o câmbio flexível e liberdade de movimentação de capitais, o capital financeiro começou a nadar de braçada aqui. Financiava os desequilíbrios externos provocados por moeda valorizada, ganhava dinheiro no mercado de capitais e, depois, através da Selic. Então tivemos de fazer a correção cambial. Mas veja bem: para manter o fluxo e atrair os capitais de curto prazo, tinha que dar rentabilidade grande. E rentabilidade grande significava despesa financeira grande. Então foi um tal de aumentar a carga tributária continuamente para fazer receita para pagar os juros da dívida interna, que era crescente.

Esse foi o lado ruim do Plano Real...

DÉRCIO MUNHOZ – Parou a economia. Porque saiu com as duas fontes de demanda bloqueadas. E quando soltou o câmbio, teve de segurar a economia, porque não podia provocar desequilíbrios externos. E não havia como recuperar o mercado interno, porque a política era de aumento da carga tributária. Então, alguma renda tinha de cair em relação ao PIB. O que aconteceu? À medida que a carga tributária aumentava em relação ao PIB, a renda do trabalho caía em relação ao PIB. Chegamos ao final do governo FHC com a economia estagnada, sem capacidade de reação. Entregaram o bastão ao Lula assim.



Divulgação

E o que fez o Lula diante desse quadro?

DÉRCIO MUNHOZ – Lula correu para se abraçar com os banqueiros. A mesma política de apoio ao capital financeiro. Não houve mudança. Pelo contrário: assegurou-se a política de altos juros para atrair o capital financeiro para o governo ficar bem interna e externamente com os banqueiros. E ficou, mas aí o Brasil se transformou no grande centro de especulação financeira mundial. Um grande cassino, pagando altas taxas de juros.

Mas diziam que a economia cresceu no governo Lula...

DÉRCIO MUNHOZ – No governo Lula a taxa de crescimento da China chegou a 60% do PIB, porque a China investiu pesado na indústria moderna. Então, a China virou o maior exportador do setor de indústrias modernas. A partir disso, houve grande demanda de minério de ferro, petróleo e *commodities*, de produtos alimentícios. E os preços desses produtos foram lá em cima. Aí o Brasil passou a exportar para a China muito minério de ferro, petróleo, soja etc.

Mas e a indústria nacional?

DÉRCIO MUNHOZ – As indústrias perderam capacidade exportadora e os produtos chineses invadiram o Brasil. Os preços dos *commodities* foram lá para cima. Então, o país teve grandes ganhos em produtos agrícolas e minerais. E paralisou-se a indústria. Com os preços da China dando receita grande, o agronegócio gerou fortunas. E a indústria, que tinha de competir no mercado mundial, perdeu poder competitivo. Então, começou a acontecer isso. Um grande centro de especulação financeira com uma indústria travada. Isso significa que você começou a retornar a uma situação superada nos anos 70. Nos anos 70 o Brasil deu um grande salto: passou de economia exportadora de produtos primários a exportadora, sobretudo, de produtos industrializados. Com o Plano Real e a política do Lula, matou-se a indústria. E o país retornou à condição de economia primária exportadora. O Brasil deu um salto para trás a partir de 2011.

Se a indústria parou, como o governo fala de desemprego zero?

DÉRCIO MUNHOZ – Desemprego zero porque quase oito milhões de pessoas desapareceram. São pessoas que não estão procurando emprego, porque não acham. O desemprego de jovens está em 25%. Podia-se investigar isso. Por que não investiga? Porque o governo só investiga o que interessa a ele. Montaram uma máquina de propaganda. Existe uma coisa chamada Contas Nacionais. É um livro publicado todo ano, que divulga a radiografia da economia do país. Sabe há quantos anos não publicam as contas nacionais? O último que saiu foi em 2009. Nem na agenda do IBGE existe mais isso aí.

Mas dizem que as coisas melhoraram...

DÉRCIO MUNHOZ – A China deu alento grande com o agronegócio. O dinheiro da especulação financeira gerou muito ganho no circuito de alta renda. Você teve isso em certo período do governo Lula. E teve o crédito facilitado.

O crédito estourou. Daí a classe média ficou endividada. Ou seja, aquilo lá era de efeito temporário. E isso aí foi acabando. Aí surge uma coisa diferente. Você começa a aumentar o salário mínimo. Você dobrou o salário mínimo real. Isso é um ganho muito grande para uma pessoa de baixa renda.

E por que a economia não estourou?

DÉRCIO MUNHOZ – Por que à medida que dei esse ganho, eu puxava a cada ano mais o câmbio e puxava a gasolina e a energia. Então, dei à classe média a vantagem de poder comprar dólar barato, viagem barata, gasolina barata, produto chinês barato. Aumentou o nível de bem-estar. Mas as empresas brasileiras que conseguiram subsistir na indústria foram se transformando em montadoras. Com isso, tínhamos uma demanda do pessoal de menor renda melhorada pelo salário mínimo, ganho real, a economia não estourava com os aumentos porque puxava o câmbio e ia reduzindo o custo das importações em geral, matéria-prima e tudo. E foram segurando o combustível. Então, criou-se uma ficção. Lá em cima aumentando o ganho real e aqui reduzindo os custos, energia, combustível e importações em geral.

E qual foi o resultado disso?

DÉRCIO MUNHOZ – Aquele efeito milagroso se exauriu, porque o salário mínimo não pode continuar aumentando com a economia parada. Para aumentar o salário mínimo, tem que jogar alguma coisa para baixo. O quê? O câmbio já passou do limite. Vou reduzir mais o preço do combustível? Como vou fazer com a indústria, com o desemprego industrial, com o futuro do país, com a Petrobrás, as empresas de energia elétrica? A tendência é empurrar pra cima. A conclusão é que o ganho real do salário mínimo vai se reduzindo na medida em que o governo é obrigado a corrigir as coisas por baixo. E aí, o que se faz é endividamento externo. Esse ano deve chegar de 80 a 100 bilhões de dólares de desequilíbrio externo.

“ **As indústrias perderam capacidade exportadora e os produtos chineses invadiram o Brasil. Os preços dos commodities foram lá para cima** ”



20 anos e se a gente tivesse conseguido crescer 5% ao ano nesse tempo, nossa economia seria três vezes maior. É incrível o mal que esses planos ortodoxos, inclusive o Real, fizeram ao país.

E em que isso tudo influenciou na aposentadoria dos servidores?

DÉRCIO MUNHOZ – Bem, o governo nunca quis ter sistema de previdência próprio. Por quê? Porque na medida em que tivesse uma previdência, com um fundo e tudo o mais, teria de pagar os compromissos da aposentadoria do passado e uma contribuição com o fundo, para o futuro. Então, aumenta os encargos. Todos os aposentados continuam sendo encargo do governo. E os que se aposentarem a partir de amanhã e que ficaram no sistema antigo, encargos do governo. Ainda

que você tenha um fundo e jogasse o pessoal daqui para frente para o fundo, proporcionalmente, toda a responsabilidade do período passado seria do governo. Então, como cabia ao governo manter os compromissos do passado e ainda trazia um compromisso adicional que é a contribuição para o fundo de aposentadoria complementar, o governo nunca teve interesse em aumentar a

despesa. Assim, a despesa com pessoal sempre entrou junto, com ativos e inativos. E se você levar em conta uma relação de despesas de pessoal com as receitas do governo, você pode ver que ela tem sido decrescente nos últimos 30 anos. ■

Como o sr. vê a economia hoje e as perspectivas futuras?

DÉRCIO MUNHOZ – Estamos num ponto limite. Com esse endividamento grande, depende de capitais externos. O capital externo que se está atraindo é de curto prazo. Até certo momento cobriu-se o rombo com investimentos diretos estrangeiros. Depois não deu mais e aí começou a cobrir com capitais de curto prazo. Então, tem que manter juros elevados, Selic, etc, para atrair esse capital. E esse capital de curto prazo custa hoje ao governo 300 bilhões de reais ao ano de juros. É difícil uma economia funcionar assim. Tem de conter a especulação. A economia parou nos últimos

“ Estamos num ponto limite. Com esse endividamento grande, depende de capitais externos. O capital externo que se está atraindo é de curto prazo ”

ESPECIAL



O dia em que o país chorou



Goleada pela Alemanha, Seleção deu adeus ao hexa, no maior vexame da história do futebol brasileiro

► Washington Sidney

Era para ter sido a Copa das Copas. E foi. Mas não exatamente como sonhamos. O Mundial de 2014 ficará para sempre na memória dos brasileiros como uma grande tragédia. Tragédia que se anunciou na morte de nove operários em acidentes durante a construção dos estádios e de duas pessoas na queda de um viaduto em Belo Horizonte – obras concluídas a toque de caixa para a realização do evento. E que se consolidou na estrepitosa goleada sofrida pela Seleção contra a Alemanha. A derrota soterrou o sonho do hexacampeonato. E deixou um saldo impressionante: 200 milhões de pessoas feridas.

Frustração, decepção e vergonha foram os legados da Copa para os brasileiros que assistiram àquele jogo. Milhões de pessoas se reuniram no Mineirão, em suas casas e nos bares para assistir a uma vitória que levaria o Brasil à final. Mas o que viram foi um vexame histórico. Não parecia o escrete canarinho. Para espanto das multidões, a “pátria de chuteiras”, apelido dado pelo escritor Nelson Rodrigues à Seleção, sucumbiu diante de uma Alemanha taticamente bem organizada por um placar inimaginável: 7x1. Nunca na história desse país o Brasil foi tão humilhado em campo.

“Naquela noite eu não dormi direito. A ficha demorou a cair”, lembra, ainda espantado, o comerciante Sandro Alencar. Ele assistiu ao jogo em um bar do Guará II, cidade-satélite de Brasília, mas só viu o primeiro tempo. “Quando eles fizeram 5x0, fui para a minha casa”.

Além de abater os torcedores, a derrota acachapante quebrou o ufanismo de boa parte dos locutores e comentaristas e deu razão aos críticos: Felipão mostrou-se um técnico ultrapassado, faltou um esquema tático definido, a convocação foi mal feita e não houve um preparo emocional adequado da equipe, tendo em vista a grande responsabilidade de disputar o Mundial dentro de casa, sob a pressão da torcida. “Essa foi uma das seleções mais emotivas que



Marcelo Brandão

Jovem se desespera com a goleada: derrota por 7x1 doeu na alma dos brasileiros

o país já teve e isso é um problema quando o time não sabe perder e se recuperar em campo”, analisou o psicólogo do Esporte Gustavo Korte.

A desculpa do técnico Luiz Felipe Scolari – de que a equipe teria sofrido um “apagão” contra a Alemanha – não resistiu ao último jogo, na disputa pelo terceiro lugar. O Brasil voltou a perder por um placar elástico – 3x0 –, dessa vez para a Holanda, e deixou evidentes os problemas da Seleção. Mais que isso, a campanha da Seleção nesta Copa deixou expostas as mazelas do futebol brasileiro: politização do esporte, falta de trabalho de base, transformação de nossos craques em produto de exportação, indigência financeira dos clubes e o consequente esvaziamento dos estádios.

DURA REALIDADE

A verdade é que ficou para trás o tempo do romantismo no futebol, quando craques como Domingos da Guia, Zizinho e Garrincha, recrutados nos campos de pelada dos subúrbios, jogavam mais pela camisa dos clubes do que pelo salário que recebiam. Com a profissionalização, o futebol se transformou em uma indústria. De tal sorte que conquistou a quarta colocação na pauta de exportações do país. Somos hoje,

atrás da Argentina, o segundo maior exportador de jogadores de futebol do mundo.

“Só de transferências, as vendas de jogadores geraram U\$ 1 bilhão entre 1994 e 2005. No passado, os grandes clubes eram os celeiros (de craques). Hoje temos clubes de empresários. Antigamente, os empresários do mundo do futebol visitavam os clubes e faziam uma porcentagem de contrato para o clube. Agora eles abriram seus próprios clubes”, diz o professor Carlos Henrique de Vasconcelos Ribeiro, doutor em Educação Física e Cultura pelas universidades Gama Filho e Stirling, na Escócia, e autor do livro *Mais que pendurar as chuteiras – o futebol que insiste no social* (Nipress, Rio, 2005).

Essa debandada de craques e o consequente esvaziamento dos estádios no momento em que o país recebe como legado da Copa grandes arenas de futebol despertaram a preocupação do Palácio do Planalto. No dia seguinte à goleada histórica, a presidenta Dilma Rousseff propôs, em entrevista à rede de TV CNN, a renovação do futebol brasileiro. “O Brasil não pode mais ser apenas exportador de jogadores. Exportar jogadores significa que estamos abrindo mão de nossa principal atração, que pode ajudar a lotar os estádios. Qual a maior atração que os estádios no Brasil podem oferecer? Deixar a torcida ver os craques. Há anos muitos jogadores brasileiros têm ido jogar fora”. Ela não explicou como o governo pode participar da renovação do futebol.

A CPI QUE NÃO TEVE

A verdade é que o futebol brasileiro se tornou vítima da má gestão, assim como a saúde pública e a educação. É o que vem tentando mostrar, há alguns anos, o tetracampeão mundial Romário, hoje deputado federal pelo PSB-RJ. No dia seguinte à derrota do Brasil para a Alemanha, ele fez um desabafo em sua página no Facebook. E não poupou os dirigentes dos clubes e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). “Nosso futebol vem



Gol de Muller, na entrada da pequena área, abriu o caminho da goleada alemã

se deteriorando há anos, sendo sugado por cartolas que não têm talento para fazer sequer uma embaixadinha. Ficam dos seus camarotes de luxo nos estádios brindando os milhões que entram em suas contas”.

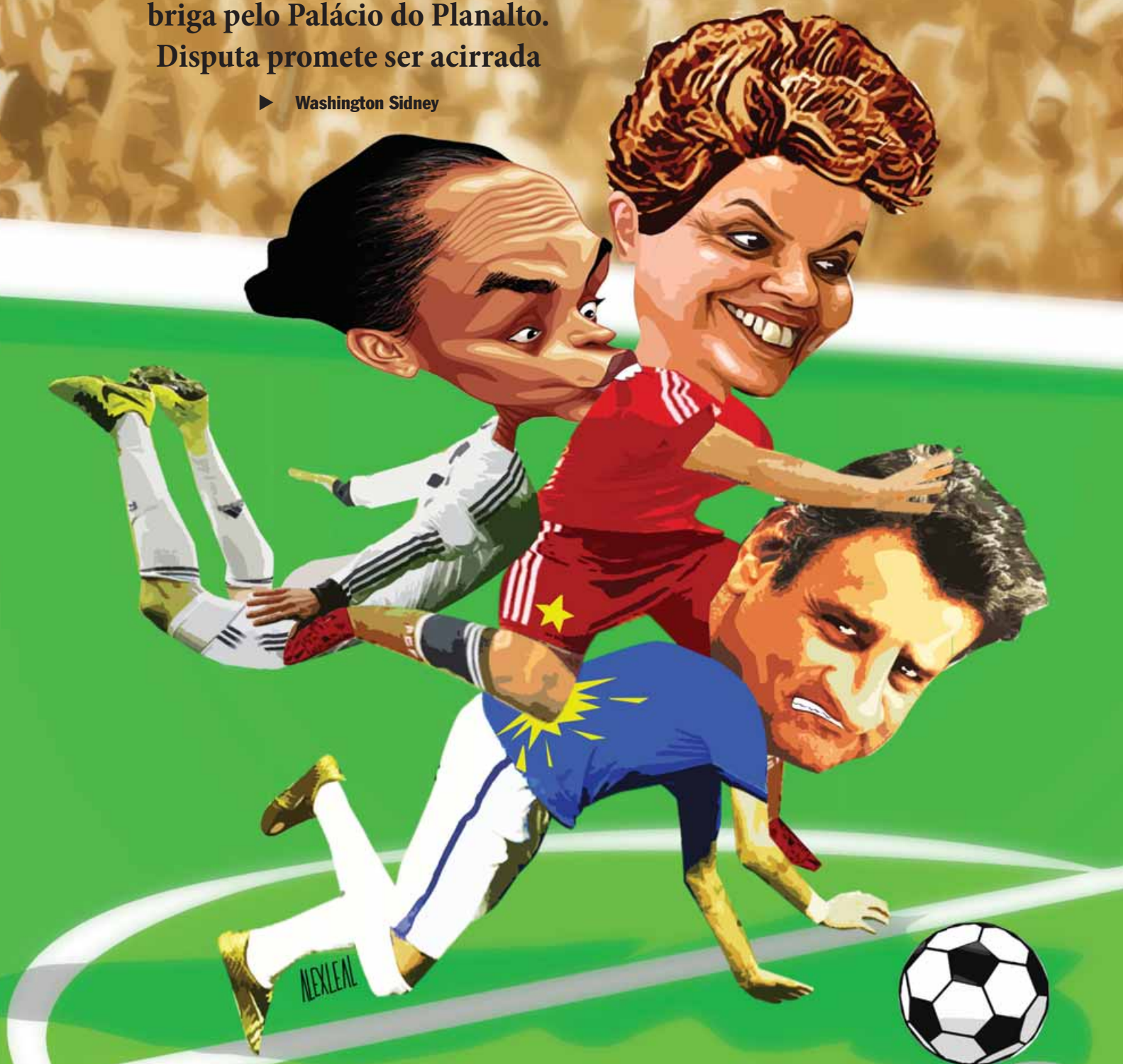
No longo texto publicado na rede social, o parlamentar disse que o futebol é um negócio que move rios de dinheiro e lembrou que há algum tempo vem lutando pela abertura de uma CPI para apurar suposta corrupção na CBF. “Estou há quatro anos pregando no deserto sobre os problemas da Confederação Brasileira de Futebol, uma instituição corrupta gerindo um patrimônio de altíssimo valor de mercado, usando nosso hino, nossa bandeira, nossas cores e, o mais importante, nosso material humano, nossos jogadores. Nunca tive o apoio da presidenta Dilma Rousseff ou do ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Que todos saibam: já pedi várias vezes uma intervenção política do governo federal no nosso futebol”.

O pedido de CPI da CBF apresentado por Romário em 2012 teve como base uma série de escândalos envolvendo a entidade, como o enriquecimento ilícito de dirigentes, corrupção, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e desvio de verba do patrocínio da empresa aérea TAM. “O pedido está parado em alguma gaveta em Brasília há dois anos”.

O jogo agora é outro

Candidatos entram em campo na briga pelo Palácio do Planalto. Disputa promete ser acirrada

► Washington Sidney



Virada a página da Copa do Mundo, o Brasil se prepara para uma outra competição: as eleições de outubro. E, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos, o pleito promete ser muito disputado. Analistas já dão como certo o segundo turno na corrida presidencial. O jogo promete ser duro e começou com uma surpresa desagradável: a morte do ex-governador Eduardo Campos em um acidente aéreo em Santos, litoral de São Paulo.

São três os candidatos com maiores possibilidades de vitória – a presidenta Dilma Rousseff (PT), o senador Aécio Neves (PSDB) e a ex-senadora Marina Silva (PSB), que assumiu o lugar de Eduardo Campos. Cada um enfrenta sérios desafios para convencer o eleitorado de sua capacidade de resolver os problemas do país. Que são muitos: baixo crescimento da economia, volta da inflação, endividamento público preocupante, má qualidade dos serviços públicos, crise de representatividade política, escalada da corrupção e elevado nível de insatisfação da sociedade, que desde o ano passado manifesta claro desejo de mudanças.

Dilma Rousseff tem em Lula seu maior cabo eleitoral. A presidenta apoia-se nas realizações dos três governos do PT para pleitear mais quatro anos no Palácio do Planalto e, assim, evitar o que chama de “retrocesso”. Mas paga um preço alto pelo baixo crescimento da economia e pela volta da inflação. A presidenta, que até o início do ano passado tinha mais de 50% da aprovação dos eleitores, caiu nas pesquisas, chegando agora a 36%.

Ela propõe, em seu programa de governo, um “novo ciclo” de crescimento amparado em três pilares: “solidez econômica, amplitude das políticas sociais e competitividade produtiva”. Promete investir em “produção e consumo de massa”, mas não diz como fará isso em um cenário de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e de inflação crescente.

Dilma assumiu o Planalto em 2011, com a taxa básica de juros em 10,75% ao ano. Hoje, depois de vários recuos, a taxa está em 11%. A inflação rompeu o teto da meta de 6,5% ao ano pela 11ª vez desde sua posse. E só não subiu mais porque o governo tem represado os preços dos combustíveis e da energia elétrica. Ademais, desorganizou os setores produtivos. Isso despertou o pessimismo de empresários e consumidores.

A presidenta também é acusada de não ter cumprido algumas promessas, sobretudo na área de saúde. Disse que entregaria 500 Unidades de Pronto Atendimento à População (entregou 173), construiria hospitais e priorizaria o Programa Saúde da Família.

Em vez disso, importou médicos do exterior. Mas tem a seu favor programas de forte apelo popular, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos. Para o novo mandato, diz que investirá em infraestrutura, simplificará o sistema tributário e desburocratizará o processo produtivo.

“ São três os candidatos com maiores possibilidades de vitória – a presidenta Dilma Rousseff (PT), o senador Aécio Neves (PSDB) e a ex-senadora Marina Silva (PSB) ”

OBRAS

O cientista político Antonio Flávio Testa, professor da Universidade de Brasília, prevê uma eleição dura. “A sociedade clama por mudanças”. Ele prevê que o governo recorrerá ao proselitismo na apresentação de suas realizações e dirá que construiu, reformou aeroportos e promoveu obras de mobilidade urbana. A oposição questionará as obras inacabadas dos últimos 12 anos, como a transposição do rio São Francisco. “Não creio que aparecerão muitas novidades”, diz o professor.

Com muitas generalidades e alguns pontos em comum, os três principais candidatos à Presidência não esclarecem de onde sairá o dinheiro para implementar suas agendas, sobretudo em um cenário de crescimento pífio. Um exame dos planos de governo de Dilma, Aécio Neves e Marina Silva, registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que há pouca inovação e boa dose de continuísmo nas propostas dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.



Aécio Neves vai lembrar aos eleitores da estabilidade econômica na era FHC. Dilma terá no ex-presidente Lula o seu grande cabo eleitoral

Dilma e Aécio têm diplomas de economista. Por isso deverão abordar mais esse tema. Marina Silva, apesar de formada em História pela Universidade Federal do Acre, com pós-graduação em Teoria Psicanalítica pela UnB e em Psicopedagogia pela Católica de Brasília, tentará mostrar a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação dos recursos naturais. O desafio de Dilma é reduzir a inflação, fazer o país voltar a crescer e evitar a divisão na base aliada; o de Marina, diferenciar seu projeto de governo e de desenvolvimento econômico dos de Dilma e Aécio. E o tucano, convencer o eleitorado de que fará o país voltar aos tempos do início do Plano Real.

Com um currículo invejável – foi eleito governador de Minas Gerais em 2002 com 60% dos votos válidos, reeleito em 2006 com mais de 75% dos votos –, Aécio Neves voltou ao Congresso em 2010 como o senador mais votado, com 7,5 milhões de votos. No primeiro mandato como governador, instituiu o “choque de gestão” para zerar o déficit do governo estadual.

Consciente de que os brasileiros estão interessados em um novo ciclo e insatisfeitos com a política e os rumos da economia, Aécio vai bater na tecla das conquistas do PSDB com a estabilização da economia, por meio do Plano Real, e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Prega o compromisso com a ética, combate à corrupção, radicalização da democracia, respeito às instituições, recuperação da credibilidade e criação de um ambiente adequado ao investimento e desenvolvimento da Nação.

Aécio promete “mudanças radicais” na condução do governo e uma maior aproximação do Estado com

a população. Entre as diretrizes anunciadas, prioriza a clareza nas regras e no controle de gastos em investimentos de infraestrutura, reformas dos serviços públicos, da segurança, reformas política e tributária e a defesa da independência dos poderes.

Como antídoto para o discurso social do PT, garante que, se vencer a eleição presidencial, não extinguirá o Bolsa-Família, manterá o Programa Mais Médicos e apoiará os médicos cubanos que estão no país. “Eles continuarão no Brasil. Mas vamos pagar a eles o salário de R\$ 10 mil, porque o governo brasileiro não pode financiar ditaduras de companheiros a partir de programas eleitorais”, diz, alfinetando o PT.

MUDANDO O BRASIL

Marina Silva fez uma carreira relâmpago na política: eleita a vereadora mais votada de Rio Branco em 1988, tornou-se deputada federal em 1990, também com votação recorde. Em 1994, aos 36 anos, chegou a Brasília como a senadora mais jovem da história da República. Foi reeleita em 2002 com votação quase três vezes superior à anterior.

Como ministra do Meio Ambiente do governo Lula, passou a ser vista como gestora competente. Uma de suas conquistas foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal. Com ele o ritmo de desmatamento da Amazônia caiu 57% em três anos. O trabalho lhe deu projeção internacional. Em 2007 o jornal britânico *The Guardian* a incluiu entre as 50 pessoas que podem ajudar a salvar o planeta.



Com a morte de Eduardo, ex-senadora Marina Silva entra forte na disputa

MORTE DE CAMPOS DEIXA O PAÍS DE LUTO

A morte do ex-governador Eduardo Campos foi uma perda inestimável não só para o PSB, partido pelo qual concorria à Presidência da República, mas para todo o cenário político nacional. Nos últimos tempos, ele se tornou o nome mais forte para romper a polaridade de PT-PSDB. Grande articulador, ele era um político jovem e simbolizava a renovação de que a política brasileira tanto precisa.



Apesar de jovem (49 anos), tinha uma grande experiência. Começou a carreira política em 1990, quando se elegeu deputado federal pelo PSB. Entre 95 e 98 foi secretário da Fazenda de Pernambuco no governo de seu avô Miguel Arraes. Em 2003 assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia, no qual ficou até 2005, ano em que passou a ser presidente nacional de seu partido. Em 2006 foi eleito governador em Pernambuco e reeleito em 2010 com a maior porcentagem no país: 83%.

Bem humorado, de trato fácil, conforme o depoimento de amigos, Eduardo Campos tinha uma grande capacidade de diálogo e um futuro promissor pela frente. Futuro que foi interrompido pela trágica queda de um Cessna, no litoral paulista, no dia 13 deste mês de agosto, mesmo dia da morte de seu avô. Sua morte provocou uma comoção nacional.

A APSEF lamenta profundamente esse trágico acontecimento e se solidariza com os parentes, amigos e correligionários deste líder que começava a se firmar como uma grande alternativa para a construção de um Brasil mais justo e digno.

Em 2009 deixou o PT. Em comunicado ao partido, manifestou seu desacordo com a “concepção do desenvolvimento centrada no crescimento material a qualquer custo, com ganhos exacerbados para poucos e resultados perversos para a maioria, ao custo, principalmente para os mais pobres, da destruição de recursos naturais e da qualidade de vida”. Filiou-se ao Partido Verde (PV), pelo qual disputou a Presidência da República em 2010, tendo obtido quase 20 milhões de votos, apesar de dispor de um minuto e 23 segundos na propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Deixou a legenda nos meses seguintes e lançou o Movimento por uma Nova Política, embrião da Rede Sustentabilidade, que não conseguiu legalizar. Decidiu ingressar no PSB e disputar o mandato de vice-presidente na coligação de Eduardo Campos. Seu desafio agora é romper com a polarização PT-PSDB e dar um diferencial à sua candidatura. Junto com Eduardo Campos, lançou o site Mudando o Brasil, com as propostas de governo. Entre os principais objetivos listados no Documento Síntese da Aliança estão: aprofundar a democracia, construir bases para um ciclo duradouro de desenvolvimento sustentável, manter as conquistas políticas, econômicas e sociais das últimas décadas e fazê-las avançar.

O documento cita outros desafios, como a redução da desigualdade regional, a valorização da biodiversidade e a política de saúde. Marina fala muito da necessidade de retomada do crescimento econômico do Brasil, mas com um viés sustentável. Sua candidatura tem uma grande aceitação entre os militantes dos movimentos ambientalistas, mas enfrenta uma grande rejeição entre os representantes do agronegócio.

Ao todo, 11 candidatos disputam a Presidência da República, mas só Dilma, Aécio e Marina contam com coligações de partidos, além de um tempo maior para a propaganda na televisão. Os outros oito disputam o pleito contando unicamente com o próprio partido. Dilma, Aécio e Marina deverão gastar com propaganda eleitoral quatro vezes mais que a soma dos demais candidatos. ■

O plano que transformou o país

Real conteve a inflação, estabilizou a economia, conferiu ao país credibilidade e valorizou o nosso dinheiro. Passadas duas décadas, a realidade é bem diferente

Soraya Sobreira

No aniversário de 20 anos do Plano Real, os brasileiros já não têm o que comemorar. É que a situação do país nos remete a um passado não muito distante, quando imperavam a instabilidade econômica, a depreciação de nossa moeda e a inflação galopante. Após duas décadas, a economia brasileira volta a apresentar baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a inflação já supera a meta, sobem as taxas de juros, cai o consumo, aumenta a dívida pública e os trabalhadores pressentem a volta do desemprego em 2015.

O Real entrou em circulação no dia 1º de julho de 1994, deixando para trás uma inflação de três dígitos e o consequente troca-troca de moedas. Para se ter ideia dos benefícios do plano, antes da nova moeda entrar em circulação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em junho de 1994, estava em 47,43% ao mês. Em julho a inflação caiu para 6,84%.

O Plano Real proporcionou vantagens, como o controle da inflação, estabilidade econômica, aumento da renda e geração de emprego. E trouxe, também, credibilidade ao país junto aos investidores, algo que se tem perdido nos últimos anos. O plano começou a ser arquitetado em 1993 pela equipe econômica criada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco.

Roberto Piscitelli, economista e professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), observa que o Plano Real foi uma espécie de pré-requisito para que o país começasse a traçar uma estratégia de longo prazo, em condições mais previsíveis, depois de cerca de quatro décadas de inflação persistente e elevada. “Esta foi uma experiência praticamente sem precedentes na economia contemporânea, pois conseguimos conviver com a situação por meio de mecanismos sancionadores e amenizadores de alguns de seus efeitos”, completa.

Para o especialista, nos 20 anos subsequentes, muita coisa mudou no Brasil, mas ainda carregamos a memória do passado. “Acho que a coisa mais importante que ajudou a mudar o país nos últimos anos foi que ele ficou menos pobre e menos desigual, mas ainda há um longo caminho a percorrer”, reconhece o economista.

VALORIZAÇÃO DA MOEDA

Com a estabilização da economia, alcançada por meio de um conjunto de mudanças ditadas pelo Plano Real, o brasileiro experimentou por um tempo a sensação de ver seu dinheiro valendo mais. Antes do Real, os preços disparavam de um dia para o outro e a variação média chegava a 100% em um mês. De lá para

cá, muita coisa mudou. Se a hiperinflação foi extinta, nossa moeda foi perdendo gradativamente o poder de compra. Prova disso é que com um Real se comprava dez pãezinhos e até mesmo um quilo de frango. Hoje já não se compra com ele mais que um punhado de balas e chicletes. A nota de um Real sumiu do mercado e se

transformou em uma simples moeda de troco.

Piscitelli admite que, embora a inflação tenha se estabilizado a níveis mais baixos, nunca desapareceu de todo. “Muitos de seus resquícios ainda nos atormentam. A chamada inércia inflacionária está presente na renovação anual dos contratos, nos aluguéis, nos financiamentos imobiliários, nos preços administrados, nas negociações salariais, na passagem do ano-calendário, e assim por diante”, enumera. Inércia inflacionária é o processo pelo qual os reajustes atuais influenciam os preços futuros.

A inflação se tornou ainda uma das grandes responsáveis pelo baixo crescimento do PIB. Isso porque os dois últimos governos projetaram um modelo de crescimento baseado na maior oferta de crédito e no aumento do consumo (via transferência de renda por meio dos programas sociais). Isso endividou as

“ O Plano Real proporcionou vantagens, como o controle da inflação, estabilidade econômica, aumento da renda e geração de emprego ”



Elaborado pela equipe de FHC, o Plano Real foi lançado pelo ex-presidente Itamar Franco

famílias. Até mesmo a classe C, que nos últimos cinco anos foi a impulsionadora dos gastos com comida, bebida e higiene, perdeu lugar para a classe AB neste ano, segundo estudo publicado pelo Instituto Nielsen. A troca, de acordo com a publicação, pode ser explicada pelo endividamento da classe média e pela inflação, que a forçou a rever os gastos.

Para piorar esse quadro, está de volta o fantasma do desemprego. Neste ano, o índice ainda deve continuar baixo, ajudado pelas contratações temporárias por causa da Copa do Mundo e das eleições. Mas, para o ano que vem, os ajustes que o governo deverá fazer elevarão bastante o desemprego. É o que prevê o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Os indícios já se revelam. Em junho, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou 4,5%, após duas quedas intensas em abril e maio.

INTERVENÇÃO ESTATAL

Vander Lucas, professor do Departamento de Economia da UnB, avalia que, com o começo do governo Lula, houve uma mudança de rumo na economia. O Estado, segundo ele, voltou a interferir fortemente na economia. Isso, associado à ingerência política nas agências reguladoras e à falta de investimentos em infraestrutura, aumentou o receio do setor privado em

investir em atividades econômicas, levando à estagnação que observamos hoje.

Segundo o economista, o cenário é desanimador, caso não haja mudança nos rumos da economia. “A União e os estados estão engessados quanto à capacidade de gerar poupança e, portanto, de investir ao menos em infraestrutura. E o setor privado, não animado a investir, tem promovido aumento de preços devido aos aumentos de custos e aos desenfreios gastos governamentais. Com isso, as pressões inflacionárias estão fortes tanto pelo lado do consumo (aumentos reais de salários e transferências governamentais a classes mais baixas) quanto pelo lado dos custos”, explica Lucas.

Os gastos públicos também são considerados uma das causas dos problemas enfrentados pela economia e que estão colocando a estabilidade em risco. Alguns especialistas avaliam que o governo não fez as reformas estruturantes, como a reforma tributária e o enxugamento da máquina. Ao contrário, aumentou o número de ministérios e de órgãos públicos.

Para o economista Vander Lucas, o controle da inflação via controle de preços de combustíveis ou mesmo tarifas públicas terá de ser revisto logo, logo e, com isso, aumentos inflacionários devem ser observados. “Enfim, os desafios são grandes neste momento em que a economia está estagnada e os sinais sociais se mostram em queda (recessão impacta desemprego, que afeta sociedade)”, considera.

Estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que o governo Dilma registrou o mais baixo índice de crescimento do Brasil desde o Plano Real. Mas, na análise otimista de Roberto Piscitelli, a economia brasileira tende a melhorar. “É verdade que a economia tem crescido pouco. Mas, em termos relativos, não estamos tão mal, haja vista o quadro geral da economia e particularmente nos países a cujo grupo pertencemos. A aceleração do crescimento – aos níveis, por exemplo, da última década – vai depender da recuperação da economia global e, sobretudo, dos nossos maiores parceiros” ■

Sete receitas para uma vida longa

Pequenos hábitos alimentares e alguns comportamentos simples ajudam a prolongar a nossa existência



Dizem que, durante sua campanha pela Índia, Alexandre, o Grande, teria procurado pela Fonte da Juventude. Morreu de uma febre desconhecida, pouco tempo depois, aos 33 anos de idade. Tivesse o grande conquistador macedônio procurado a longevidade, muito provavelmente teria vivido longos anos mais. Bastava evitar o excesso de vinho, a vida dissoluta que levava e adotar alguns hábitos saudáveis.

São eles: comer mais fibras, fugir do açúcar, dormir bem, cortar gorduras saturadas, fazer mais sexo, fazer exercícios e sorrir mais. No Brasil, a expectativa de vida é de 72 anos. Mas muitos de nós sonham viver mais que isso. Especialistas explicam como essas simples mudanças de hábito são capazes

de garantir que a pessoa chegue à velhice com uma vida e saúde mais plenas.

COMA MAIS FIBRAS

Engana-se quem pensa que as fibras só fazem bem para o bom funcionamento do intestino. Elas não servem apenas para isso. “Fibras desempenham uma série de funções importantes, como auxiliar a assimilação de outros nutrientes, reduzir o mau colesterol (LDL), prevenir doenças e até evitar o mau hálito”, explica a nutricionista Daniela Jobst.

Vários alimentos do dia-a-dia possuem fibras: cereais (farelos), hortaliças, frutas (com cascas), leguminosas, verduras, trigo, cereais integrais (arroz, pão,

torrada), aveia, cevada, bagaço de frutas cítricas, maçã, goiaba, castanha, nozes, ervilha e leguminosas em geral.

Uma das frutas com mais fibras na composição é a goiaba com casca, que tem 5 gramas por cada unidade média. Uma porção de 40g de cereal matinal integral tem 12g de fibras, enquanto meia unidade de abacate tem pouco mais de 7g de fibras. Mas cuidado com a escolha do cereal, pois muitos contêm açúcar.

EVITE O AÇÚCAR

De acordo com a dermatologista Marcella Delcourt, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, depois da preocupação com radicais livres e raios UV, o alvo para combater o envelhecimento é diminuir o açúcar. Isso porque ele libera um processo que liga moléculas de glicose maléficas às moléculas de proteína saudáveis.

“A glicação ocorre quando uma molécula de açúcar em excesso, por aumento da ingestão ou por lentidão do metabolismo da glicose, adere a uma molécula de proteína (colágeno, elastina), formando os AGEs, que alteram a estrutura dessas proteínas, impedindo a eficácia no desempenho de seus papéis mais importantes e, na pele, leva ao aparecimento das rugas”, explica a especialista.

Além de alterarem a estrutura da proteína, os AGEs são fábricas de radicais livres que se acumulam ao longo do tempo, piorando seus efeitos no organismo e deixando a pele com um aspecto opaco e envelhecido. Mesmo com a corrida para tentar combater os AGEs, é possível diminuir seus efeitos com hábitos alimentares saudáveis:

- Amêndoas e quinoa são uma boa pedida para as refeições, da mesma forma que o consumo de maçã também é recomendado (a fruta é rica em antioxidantes e flavonoides)
- As fibras também são importantíssimas: feijão, lentilha, ervilha. Agem como estabilizadores do açúcar e ajudam a queimar a gordura;
- Beba de seis a oito copos de água por dia e prefira alimentos orgânicos;



O bom humor é a garantia de uma vida mais saudável e com mais qualidade

- Evite comidas industrializadas, como flocos de milho, salgadinhos, bolachas, ketchup, refrigerantes e alimentos que contêm corante caramelo na sua composição, dentre outros.
- Tome chá verde ou suplementos à base dessa bebida com probióticos, antioxidantes e substâncias anti-AGEs de última geração na composição (prescritos pelo médico).

DORMIR BEM

Estudo feito pela American Academy of Sleep Medicine mostrou que dormir bem é um dos segredos para a longevidade. Alguns problemas de saúde foram associados com uma pior qualidade de sono. Entre os avaliados, 46% dos participantes que tiveram a auto-avaliação de saúde insatisfatória também relataram não dormir bem. As chances de um bom sono foram também menores em pessoas que muitas vezes se sentiam ansiosas, que tinham pelo menos uma doença crônica e dificuldades com as tarefas diárias.

De acordo com o neurologista Renato Lima Ferraz, a quantidade ideal de horas de sono varia de pessoa para pessoa. “Mas o mínimo recomendado é de seis horas ao dia, sendo importante não ultrapassar nove para adultos, porque quem dorme mais que isso acaba ficando, na verdade, menos descansado”, explica.

NÃO SE SATURE DE GORDURA

Viver com gordura pode ser ruim, mas viver sem ela é péssimo para seu paladar e inviável para seu organismo. As gorduras servem de base para a formação de diversos hormônios, inclusive os hormônios sexuais. Entretanto, as gorduras saturadas são as mais nocivas para a saúde do organismo. Para identificá-las, basta lembrar da banha de porco que sua avó tinha guardada na cozinha ou a capa da picanha que causa arrepios no seu cardiologista. As gorduras saturadas contêm o número máximo possível de átomos de hidrogênio (daí o termo saturadas), e ingeri-las em excesso é um passaporte garantido para um infarto no miocárdio.

Derrames e alguns tipos de câncer, como o de próstata e o de mama, também têm a origem associada aos excessos dessas gorduras no organismo – sem contar que a gordura saturada é inimiga número um do emagrecimento. Para prevenir tudo isso, restrinja o consumo diário desse nutriente a, no máximo, 7% das calorias totais da sua dieta.

FAÇA MAIS SEXO

Aqui cabe uma ressalva: priorize a qualidade, em vez da quantidade. O sexo, quando em uma frequência que atrapalha a rotina da pessoa, pode ser um sintoma da compulsão. Mas, nos dias atuais, o que vem acontecendo com muita gente é deixar o sexo de lado, por conta da falta de tempo e do estresse do dia a dia, que detonam a libido. Segundo o ginecologista Neucenir Gallani, o sexo é importante para a saúde física e emocional, pois o orgasmo libera substâncias como as endorfinas, que atuam no sistema nervoso. “Elas diminuem a sensibilidade à dor, relaxando a musculatura e melhorando o humor”, afirma.

Estabelecer uma quantidade normal de desejo sexual não é algo satisfatório, pois cada um lida com a própria libido de forma diferente – e ao longo da vida ela costuma oscilar e até se modificar por completo. “No entanto, quando há insatisfação pessoal, há algo de errado provavelmente”, de acordo com o sexólogo Paulo Bonança.



O sono ajuda a repor as energias e também proporciona longevidade

MEXA-SE

Os benefícios da atividade física para a saúde do organismo somam uma lista extensa. Dizer não ao sedentarismo significa afastar de perto doenças como a obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, além de dar mais disposição e energia. Para colher todos esses benefícios, basta andar. Uma pesquisa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), da Universidade de São Paulo (USP), comprovou que a caminhada reduz a pressão arterial na primeira hora e, o que é melhor ainda, essa queda se mantém nas 24 horas subsequentes.

SORRIA MAIS

Manter uma fisionomia pacífica é essencial para a boa convivência, afinal a expressão “cara de poucos amigos” não surgiu à toa: quem vive de cara feia, afasta todos ao redor. E sorrir vale até para ajudar a manter aquela linda história de amor. Um estudo realizado pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, identificou que pessoas que sorriem de forma sincera e verdadeira têm mais chances de manter o casamento. Isso porque a sinceridade do sorriso revela a atitude da pessoa diante da vida. “Sabemos também que a falta de senso de humor ou uma vida acompanhada de impaciência, raiva e atitudes hostis estão associadas a um maior risco de desenvolver pressão alta, piorar o controle dos níveis de glicose e ainda aumentar o risco de doença isquêmica do coração e de morte”, de acordo com o neurologista de Unifesp Ricardo Teixeira. ■

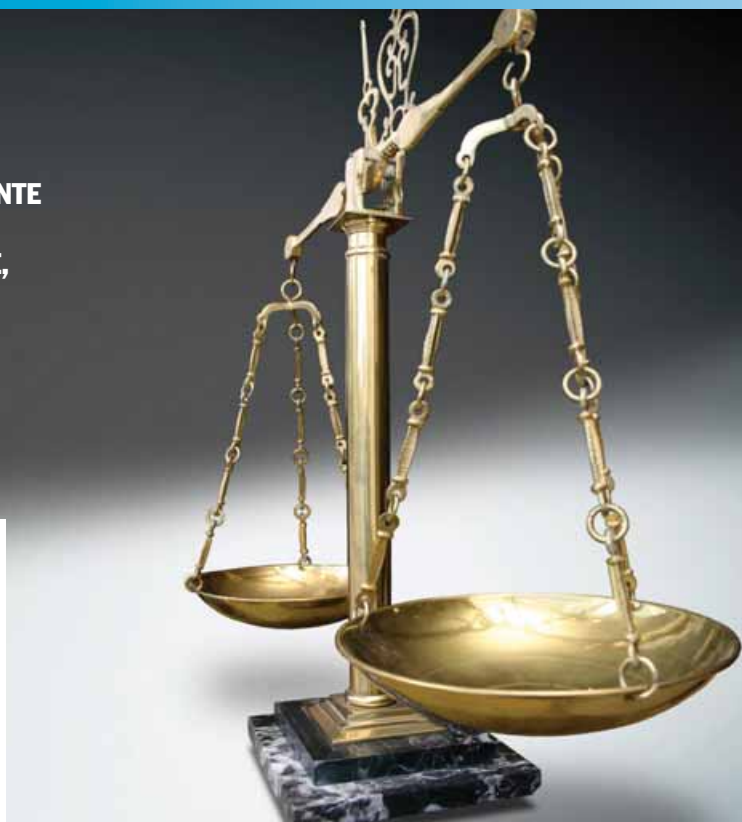
RESTABELECIMENTO DAS VPNI/DPNI – GOVERNO FINALMENTE RECONHECE O DIREITO DOS SERVIDORES DO INSS E DOS MINISTÉRIOS DA PREVIDÊNCIA, DO TRABALHO E DA SAÚDE, ASSEGURANDO-LHES PELO ART. 30 DA LEI Nº 12.998, DE 2014, COMO DIFERENÇA INDIVIDUAL A PARCELA REMANESCENTE DO ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO “PCCS” CONCEDIDO, EM JANEIRO DE 1988, NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 7686/88, RETIRADA EM DEZEMBRO DE 2013

Nos idos de 1988, quando a inflação galopante corroía nossa remuneração e nossos proventos, numa luta histórica, os previdenciários buscaram garantir uma correção salarial em janeiro de 1988, tendo sido concretizada, sob o título de Adiantamento Pecuniário, elaborada pelos Dirigentes de Recursos Humanos do IAPAS, do INPS, do INAMPS e do então MPAS, o qual obteve o reconhecimento pelo Governo, nos termos da disposição contida no art. 8º da Lei nº 7686/1988.

Posteriormente, com as reestruturações dos planos e carreiras, aquela parcela foi duramente ameaçada, levando todas as entidades de classe a recorrerem à Justiça Federal pleiteando a manutenção dos referidos 47,11%. A situação se manteve estável por alguns anos, até que, na implantação das atuais Carreiras do INSS e dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho, conforme as Leis nºs 10.855/2004 e 11.355/2006, ficou estabelecido que valor excedente continuaria a ser pago como vantagem pessoal nominalmente identificada – VPNI (no âmbito dos Ministérios da Saúde, da Previdência Social e do Trabalho) e diferença pessoal nominalmente identificada – DPNI (no âmbito do INSS).

Em dezembro de 2013, o Governo com o propósito de reduzir a folha de pagamento da União e invocando equivocadamente o art. 103 do Decreto-Lei 200/67, promoveu o desconto daquelas parcelas VPNI e DPNI, ensejando reação dos servidores e das entidades de classe.

Assim, os servidores previdenciários (aqueles originários dos extintos IAPAS, INAMPS e INPS) hoje percebendo remuneração e proventos das Carreiras do Seguro Social e da Previdência, da Saúde e do Trabalho, tiveram, nos termos do art. 30 da Lei 12.998/2014, a garantia, a partir de 1º de janeiro de 2014, como Diferença Individual, de forma definitiva, as vantagens VPNI e DPNI. Ou seja, antes tarde do que nunca!



PEC 555/2006 – ELIMINAÇÃO DA INJUSTA CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Apesar da grande mobilização de aposentados e pensionistas, em nível nacional, junto aos deputados federais, do apelo veemente junto ao presidente da Câmara dos Deputados e da nossa grande expectativa para a aprovação da PEC 555/2006, para eliminar a injusta contribuição de 11% (onze por cento) incidente sobre o teto da Previdência Social, relativo ao Plano de Seguridade Social, dos proventos dos servidores públicos aposentados, criada nos primórdios do primeiro mandato do governo Lula, pela Emenda Constitucional 41, de 2003, tudo indica que os partidos aliados da base governista tudo farão para continuar esvaziando o Plenário da Câmara a fim de adiar novamente sua votação, por tempo indefinido, mesmo com a proposta contida no substitutivo que permite a redução na alíquota de contribuição em 20% ao ano, até sua completa extinção aos 65 anos de idade, amenizando os efeitos dessa verdadeira afronta ao ato jurídico perfeito.

Apesar da grande mobilização de aposentados e pensionistas, a nível nacional, junto aos Deputados Federais, o apelo veemente junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, e a nossa grande expectativa para a aprovação da PEC 555/2006, para eliminar a injusta contribuição de 11% (onze por cento) incidente sobre o teto da Previdência Social, relativo ao Plano

de Seguridade Social, dos proventos dos servidores públicos aposentados, criada nos primórdios do 1º mandato do governo Lula, pela Emenda Constitucional 41, de 2003, tudo indica que os partidos aliados da base governista tudo farão para continuar esvaziando o Plenário da Câmara para adiar novamente sua votação, por tempo indefinido, mesmo com a proposta contida no Substitutivo que permite a redução na alíquota de contribuição em 20% ao ano, até sua completa extinção aos 65 anos de idade, amenizando os efeitos dessa verdadeira afronta ao ato jurídico perfeito.

Por ironia, apesar dos incontáveis requerimentos para inclusão da PEC 555, na pauta de votação, formulados por Deputados favoráveis à medida, o Governo atual não aceita a eliminação da contribuição, sob a alegação de que os “valores sugados” dos aposentados são aplicados em programas sociais.

O governo prefere atender a interesses políticos ou econômicos, mantendo a cobrança da contribuição, alegando “suposto” déficit. Enquanto isso, o servidor público aposentado, que já contribuiu com a previdência social durante todo o seu tempo de trabalho ativo, por mais de décadas, além de continuar sem aumento de salários, é obrigado a deixar que o próprio Governo abocanhe parte dos seus parcos proventos, a título de “Contribuição de Inativos”.

Como servidores públicos, principalmente, na condição de aposentados, temos que mostrar que somos capazes de mudar essa situação de aparente inércia e de desrespeito do Governo para com aqueles que sempre contribuíram para a causa pública.

AS ELEIÇÕES VÊM AÍ

Nossa resposta poderá ser mostrada nas urnas. O voto é nossa única arma, para que possamos sobreviver com mais recursos, para custeio da nossa subsistência familiar, após anos de trabalho dedicados ao serviço público.

PEC 170/2012 – ISONOMIA DE CRITÉRIOS DIFERENCIADOS PARA O PAGAMENTO DAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ

Mesmo após a aprovação de parecer pela Comissão Especial, criada com a finalidade de proferir parecer à PEC 170/2012, de autoria da Deputada Andreia Zito, que “dá nova redação ao inciso I do §1º do artigo 40 da Constituição Federal”, garantindo proventos integrais a todos os servidores públicos aposentados por invalidez, mais conhecida como a PEC da Isonomia, está emperrada a votação da proposta pelo Plenário da Câmara dos Deputados, frustrando inúmeros beneficiários da medida.



A aprovação da PEC é de fundamental importância para concretização da isonomia a todos os servidores aposentados por invalidez permanente, uma vez que, atualmente, há a aposentadoria, nessa situação, “com proventos proporcionais” e “com proventos integrais”, de forma completamente discriminatória.

Pronta para inclusão na Pauta desde 14/05/2014, desde então inúmeros Requerimentos de parlamentares favoráveis à sua aprovação foram apresentados ao Plenário para inclusão da PEC na Ordem do Dia.

A matéria foi incluída na Pauta de Sessão Ordinária em 4/06/2014, às 14h, não tendo sido apreciada em face do encerramento da Sessão. Novamente incluída em Sessão Extraordinária, na mesma data, no horário de 20:15h, não foi apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

É público e notório que o Congresso Nacional funcionou com calendário especial de deliberações no período dos jogos da Copa do Mundo. O chamado Esforço Concentrado, amplamente divulgado, somente destina-se para votação de Projetos que estão com urgência constitucional vencida. Alie-se a isso o recesso parlamentar, trancando a pauta entre os dias 18 e 31 de julho.

Constata-se, nas redes sociais, o descontentamento da Deputada Andreia Zito com a falta de quórum para votação da PEC 170, bem como com a continuidade da obstrução de várias outras matérias, que prejudicam a sua inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

Assim sendo, a APSEF vai envidar seus melhores esforços, juntamente com outras entidades, para que seja aprovada a PEC ainda na atual legislatura, em benefícios dos servidores que hoje percebem proventos diferenciados daqueles que também se aposentaram por invalidez, mas percebem seus proventos em sua integralidade.

AÇÕES JUDICIAIS QUE AGUARDAM JULGAMENTO DOS RECURSOS PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Ação Coletiva nº 2006.34.00.011143-3 (Numeração única: 11021-80.2006.4.01.3400)

OBJETO: Proibir a União e o INSS de modificar a remuneração dos aposentados e dos pensionistas filiados à APSEF prevista no Acórdão nº 603/2005 do TCU, mesmo se negado o pedido de reexame, bem como seja declarada a decadência da Administração em rever o pagamento das parcelas “ATS” e “Bienal Judicial” nos proventos dos beneficiários da ação.

Data do Ajuizamento: 06/04/2006

Situação atual: O Juízo de primeiro grau proferiu sentença que julgou o pedido da inicial da Associação parcialmente procedente.

Contra essa sentença, a APSEF interpôs, em setembro de 2010, recurso de apelação. O processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região em janeiro de 2011 e os autos estão conclusos para que o recurso seja julgado, a qualquer momento.

Ação Coletiva nº 2006.34.00.011658-3 (Numeração única: 11532-78.2006.4.01.3400)

OBJETO: Pleito no sentido de que seja garantido aos aposentados e pensionistas do antigo DNER, filiados à APSEF, o enquadramento no Plano Especial de Cargos do DNIT, criado pelo art. 3º da Lei nº 11.171/2005, com a consequente percepção de todas as vantagens pecuniárias do referido plano.

Data do Ajuizamento: 17/04/2006

Situação atual: O Juízo de primeira instância julgou improcedente o pedido da APSEF.

Contra essa sentença, a Associação interpôs recurso de apelação. O processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 2008 e, desde então, aguarda-se o julgamento do recurso, tendo havido permanentes solicitações para o referido julgamento, inclusive invocando o Estatuto do Idoso.

Mandado de Injunção nº 5094 - Revisão geral anual para os servidores públicos federais.

OBJETO: Pleito no sentido de que seja reconhecida a mora do Poder Executivo em revisar a remuneração dos filiados à APSEF e, suprida a omissão, seja determinada a imediata implantação das revisões remuneratórias não concedidas.

Data do Ajuizamento: 09/10/2012

Situação atual: O processo foi distribuído ao Ministro Dias Toffoli, tendo determinado no despacho, publicado em 13/03/2013, a inclusão do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara também como Autoridades



Impetradas, as quais solicitou que apresentassem informações, no que foi atendido.

Em 08/08/2013, a APSEF, por intermédio dos advogados constituídos, solicitou à Assessoria do Min. Dias Toffoli preferência no julgamento.

Em 11/09/2013, os advogados da APSEF, além de terem reiterado ao Min. Dias Toffoli o pedido de preferência, informaram que a PGR emitiu parecer favorável em pedido idêntico da APSEF e solicitaram, ainda, o julgamento do processo pelo Colegiado.

A pedido do Ministro Relator, foi juntada ao processo, em 18/09/2013, cópia do parecer favorável da PGR, que corresponde ao entendimento mais atualizado daquele órgão sobre a revisão geral anual dos servidores da União. Portanto, desde aquela data, o processo aguarda decisão do STF.

AÇÃO GDATA/GDASST – PROC. Nº 2003.34.00.027405-9 - ESCLARECIMENTOS

Em novembro/dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, foram expedidas as Cartas-Circulares nºs. 112/113 e 118/119, respectivamente, nas quais comunicamos que nossa Entidade obteve ganho de causa na Ação Coletiva – Processo nº. 2003.34.00.027405-9, acima referido, assegurado, por consequência, o direito do recebimento, no mesmo percentual devido aos servidores em atividade, do valor da GDATA - relativamente aos associados vinculados às Carreiras PST e PGPE - e da GDASST aos vinculados à Carreira PST, ocasião em que foram encaminhadas as Procurações e declarações para assinatura dos associados e, posterior devolução, em cumprimento à exigência judicial, etapa essa concluída em abril de 2014.

Com o recebimento, em abril de 2014, das fichas financeiras fornecidas pelo Ministério do Planejamento, procedemos à apuração dos valores devidos, concluindo-se os trabalhos em julho de 2014.

No decorrer do mês de agosto, será finalmente iniciada a autuação dos respectivos PROCESSOS DE EXECUÇÃO,

num total de 32, contendo cada um 20 associados, por determinação judicial.

A autuação é de inteira responsabilidade da 16ª Vara Federal, tendo a APSEF incluído, em cada grupo, a tarja de Prioridade de Tratamento, garantida pelo Estatuto do Idoso.

Nossa expectativa é de que, ainda neste ano, esteja concluída a autuação dos processos de execução, propiciando sejam iniciadas as providências, no âmbito judicial, visando a liberação do pagamento devido aos associados.

ACOMPANHE A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO DA GDATA

Embora continue a morosidade da Justiça Federal relativamente à liberação dos pagamentos dos valores devidos, no próximo mês de agosto serão pagos mais três processos de execução:

1. Processo de Execução nº 16.316-54.2013.4.01.3400 – abrangendo 24 associados vinculados ao Ministério da Saúde
2. Processo de Execução nº 49.906-56.2012.4.01.3400 – abrangendo 25 associados vinculados ao Ministério da Saúde
3. Processo de Execução nº 27.136-69.2012.4.01.3400 – abrangendo 25 associados vinculados ao Comando do Exército e aos Ministérios da Educação, da Justiça, da Fazenda, dos Transportes e do MAPA.

CONTINUA A TENTATIVA DE GOLPE PARA RECEBIMENTO DAS DIFERENÇAS RELATIVAS ÀS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

Associações de origem duvidosa e escritórios de advocacia sem escrúpulo continuam assediando os aposentados do Serviço Público Federal em todo o País, na expectativa de que se constituem em público fácil, pois afastados pela aposentadoria, acham que desconhecem seus direitos, e, portanto, podem acreditar nas propostas de ganho imediato que oferecem, sob a alegação de que bastam enviar uma procuração, seus dados pessoais e em seis meses receberão a diferença das gratificações de desempenho (GDATA, GDASST, GDPGTAS, etc).

A proliferação desta prática enganosa tem sua inspiração no acesso aos sites dos Tribunais de Justiça onde acompanham Ações Judiciais Coletivas das entidades de classe sérias, éticas e que zelam pela defesa intransigente de seus filiados, quando tomam conhecimento daquelas que obtiveram êxito e, em fase de execução com vistas à liberação dos respectivos pagamentos.

Inúmeros casos chegam à Entidade diariamente solicitando orientação pelo golpe sofrido, outros indagando sobre a proposta recebida.

Assim sendo, a APSEF entendeu a importância de oferecer informações a respeito do direito a algumas gratificações.

GDATA – Somente podem ser beneficiários de ação judicial onde se pleiteia o direito ao seu recebimento, com o mesmo índice assegurado aos servidores em atividade, aqueles aposentados que receberam a focalizada gratificação, entre fevereiro de 2002 e março de 2006.

Como exemplo, citamos os associados que percebem atualmente seus proventos na condição de Auditor-Fiscal do Trabalho e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Esses associados tiveram assegurado, a partir de 1987, a percepção da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, criada pelo Decreto-Lei 2371/87 até maio/2002.

Com o advento da Lei nº 10.593/2002 que, além de reestruturar a Carreira da Receita Federal e organizar a Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho e a Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social, ocasião em que foi instituiu a Gratificação de Desempenho da Atividade Tributária – GDAT, extinguindo-se a GEFA, a partir de 1/6/2002. Tal situação persistiu até a superveniência da Lei nº 11.890/2008, determinando que, a partir de 1º de julho de 2008, os ocupantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho passavam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedadas quaisquer outras espécies remuneratórias.

PORTANTO, no caso dos associados AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO (antigos Fiscais do Trabalho) e AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (antigos Fiscais de Previdência Social) carece de embasamento legal qualquer proposta para recebimento, pela via judicial, de diferenças relativamente à GDATA e outras gratificações que a sucederam (GDASST, GDPST, etc).

GDASST/GDPST/GDPGTAS/GDPGPE – As gratificações de desempenho identificadas e conhecidas por estas siglas, também têm sido alvo de propostas desonestas porque asseguram que o pagamento das diferenças devidas será efetivado no prazo de 180 dias, sob a alegação de que o Supremo Tribunal Federal – STF já determinou já garantiu aquele pagamento aos aposentados.

No tocante a essas gratificações, conforme divulgado no site da Entidade www.apsef.org.br e nas Edições desta Revista, já tramitam as respectivas Ações Judiciais Coletivas na Justiça Federal, não havendo, em 2014, necessidade da busca do direito por meio de novas ações, sobretudo, quando decorrentes de proposta de golpistas. ■

Em defesa dos juízes

► **Orlando Gonzalez (*)**

Instados a falar sobre a lentidão da Justiça, magistrados se valem usualmente da reiterada explicação de que o número de juízes e varas apresenta um déficit visível e incontestável em face de uma demanda crescente, impelida por uma descontrolada explosão demográfica. Restringem-se a essa afirmativa talvez por elegância própria do cargo ou por elogiável respeito aos outros dois poderes da República.

Na verdade, por mais complexa que seja a questão da demora do exercício judicante nas causas que se arrastam sob o peso insuportável do empilhamento de processos, é certo que fatores externos aos lindes do Judiciário não apenas influem nesse arrastar de atos processuais intermináveis, mas substancialmente dão causa à atual situação caótica das varas e tribunais, a ponto de desinfluir o cidadão do apelo à Justiça.

Conforma-se ele com o prejuízo, que julga preferível ao sacrifício de arrostar uma pugna judicial cujo custo não envolve somente numérico, mas também perda de tempo e estresse não avaliável monetariamente. Isso sem contar o risco de sucumbência injusta que dobra o gasto e multiplica o estresse em instâncias superiores. Sopesados os prós e os contras, o jurisdicionado decide-se pela desistência e resigna-se com a abnegação santificadora dos injustiçados.

Com efeito, são dois os grandes congestionadores da Justiça, não cabendo a juízes a culpa por esse fenômeno nunca assaz estudado pelos operadores do Direito em geral. Para logo, desponta,

como um grande entulhador de pendengas forenses, o Legislativo com seu conhecido, e estranhamente nunca atacado, furor legiferante. Se sua eficácia fosse medida pelo número de leis que elabora, viveríamos num paraíso social sem miséria, com pleno emprego, perfeição da assistência médico-hospitalar e exuberância educacional. Mas a crudelíssima realidade nos mostra que há vetores na formulação das leis que adulteram, em muitos casos, a sua finalidade.

Assim, identificam-se como móveis de diplomas legais algumas personagens fantasmagóricas a desnaturar a sua função: a demagogia, os lobbies, a mancebia política e a intromissão de interesses de um poder em outro (o Executivo no Legislativo e vice-versa). Esse quadro aberrante, que sobreleva a cobiça pessoal ao

serviço de proveito coletivo, achincha a independência de poderes, sempre hipocritamente lustrada pela retórica dos aproveitadores. A demagogia, cortesã esnobe e pérfida de presença marcante na cena política, é intensamente utilizada porque promete ao legislador uma reeleição com base num currículo de projetos bem populares, no sentido mais rasteiro da palavra. O demagogo vasculha o sentimento que mais alvoroça as massas

e, automeando-se defensor delas, produz leis que, carreando as máculas do arrivismo, desaguam em milhares (até milhões) de ações judiciais.

O lobista, que prostitui o ambiente político-administrativo, age profissionalmente em favor de interesses particularíssimos de grupos, levando perdas reflexas à maioria da sociedade.

“ O lobista, que prostitui o ambiente político-administrativo, age profissionalmente em favor de interesses particularíssimos de grupos, levando perdas reflexas à maioria da sociedade ”

um congressista o voto de um colega em projeto seu concomitantemente à promessa de retribuí-lo ao parceiro em projeto deste. Não há aqui a convicção e a consciência de que o beneficiário maior é o povo, nem a análise sobre a validade, ou não, do que resultará do apoio assim engendrado. Prevalece a barganha, independentemente do impacto da medida a se transformar em lei. Esse troca-troca assentou-se de há muito como método de obtenção de favores recíprocos, tristemente consolidado na chamada “representatividade democrática”, expressão esta que tudo justifica.

Das leis sem fundamento social (ou com fundamento exacerbado), que têm por objetivo esmerar a figura dos seus autores perante o eleitorado, decorrem não raro regulamentações desastrosas dos agentes administrativos situados em escalões inferiores, normalmente manipulados por seus padrinhos. A lei malformada desdobra-se em miríades de resoluções, portarias, instruções de serviço, atos normativos, etc., num cortejo teratológico, a atrapalhar a vida de empresas e cidadãos. É comum que o burocrata, na afirmação de sua ontológica razão, acrescente à norma, à qual supostamente confere exequibilidade, obrigações não originariamente elencadas. Os prejudicados sem alternativas, ou que tenham bens sensíveis afetados, vão bater às portas de uma já congestionada Justiça.

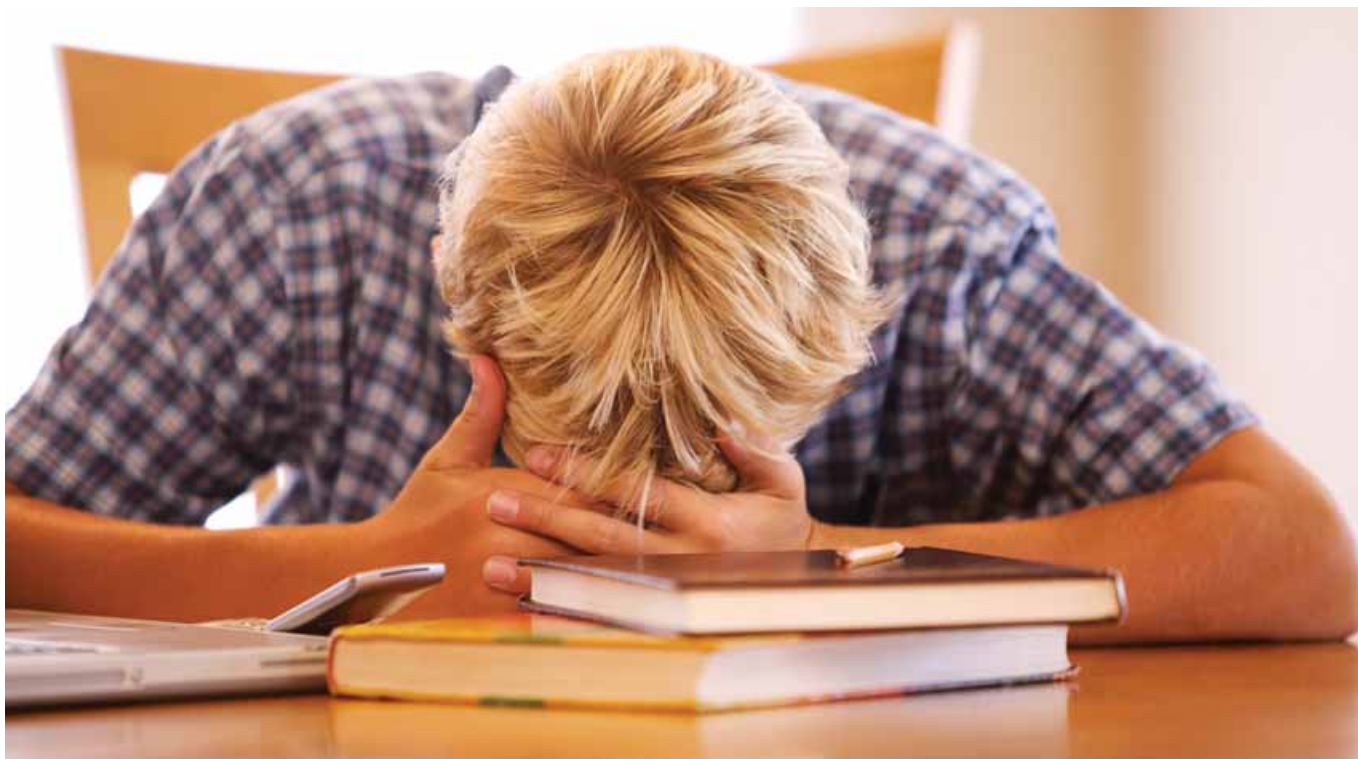
Por último, mas sem estar impregnada da ingenuidade de ser a derradeira de uma lista inesgotável de distorções, encontramos a intromissão de um poder em outro. Esse atalho, de mão dupla, revela um jogo de anomalias bem mais nefastas em que trafegam airoosamente interesses partidários e pessoais. Mais leis surgem, concedendo razão a quem estima que 70% das ações que congestionam os fóruns têm como parte algum órgão público, obrigando muita vez o contribuinte a escalar as instâncias judiciais até o seu último patamar.

Esse caldo intragável é reciclado sem freios pelo Legislativo e Executivo federais, por seus similares



em 27 estados e em 5.564 municípios, com raio de ação sobre incontáveis regulamentadores de escalões inferiores. O resultado dessa produção inacabável de dispositivos legais é a passagem da bola para os juízes resolverem a histeria de leis que, só pelo quantitativo, assustam: pela qualidade, no mais das vezes, aterrorizam. Ao cabo, o Judiciário é que é lento. Pobres juízes, transmutados, desrespeitosamente, em acachapados bodes expiatórios da “lentidão da Justiça”, patrocinada de fato pelos que, entrincheirados comodamente em outros poderes, nada fazem para controlar o furor legiferante que patrocinam. ■

(*) Orlando Gonzalez é procurador federal aposentado



A ansiedade que adocece

Irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade para se concentrar e sensação de nó na garganta. Se você tem três desses sintomas juntos, procure um psicólogo, pois pode estar com TAG

► **Carla Lisboa**

Janaína Siqueira terminou o Ensino Médio aos 17 anos. Em dezembro de 2012, quando viu no site do MEC que não havia obtido pontos suficientes no Enem para ingressar no curso de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), inscreveu-se no melhor cursinho e entregou-se à preparação para o vestibular do meio do ano de 2013. Estudava 18 horas por dia, fazia 40 minutos de esteira da academia e dormia seis horas por noite. Apesar da dedicação, não passou no

vestibular. Insistiu. Permaneceu no cursinho. Deixou de caminhar para estudar mais 40 minutos. E no início de 2014 tentou pela terceira vez. Fez o Enem em várias universidades dentro e fora do DF. Não passou. Ela atribui o fracasso à ansiedade.

Em setembro de 2013 o organismo da jovem começou a manifestar reações sintomáticas de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Ela e os pais achavam que as insônias e a falta de apetite, cada vez

mais constantes, eram normais, decorrentes da ansia em passar no vestibular, e que poderiam ser curadas com mais concentração, foco e disciplina. “A gente achava que ansiedade não era doença e que com essa atitude de concentração ela tiraria de letra. Superaria com facilidade essa dificuldade”, disse a mãe, Dilceia Rodrigues Siqueira.

Janaína seguiu as orientações dos pais. Contudo, quanto mais o tempo passava e se aproximava o dia das provas do vestibular, mais se atrapalhava na própria disciplina que havia se imposto. Emagreceu. As insônias se tornaram um pesadelo. Os sintomas eram de TAG. Sentia fadiga e insônia, inquietação no peito. “Era uma sensação estranha. Sempre estava com os nervos à flor da pele e sentia uma forte tensão muscular. Não conseguia me concentrar”, conta a estudante. Em janeiro deste ano, uma semana antes de fazer o Enem, teve um apagão. Além de todos os sintomas anteriores, sentia tremores, dores musculares, mãos frias, boca seca, sudorese, náusea, diarreia, dificuldade para engolir e sintomas de depressão.

Foi no pronto-socorro várias vezes e nada de ter um diagnóstico certo. Aparentemente o organismo estava bem. Fez o Enem e novamente não passou. Saiu da prova arrasada. Sabia que não ia passar. Um dia resolveu ir ao Posto de Saúde perto de sua casa. Ao contar seus sintomas, a médica a encaminhou imediatamente ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas que funciona no posto, onde foi diagnosticado o TAG. “Com sorte encontramos uma médica que identificou o problema e nos mostrou que não se trata de uma doença orgânica, e sim psicológica”, diz a mãe.

A jovem adiou o sonho de ser médica e está em tratamento, fazendo psicoterapia. Resolveu dar um tempo nos estudos e já considera até a possibilidade de mudar de profissão. “Talvez, quando voltar a me preparar para entrar na universidade, me dedique a ser psicóloga”, cogita.

DEPRESSÃO

O servidor aposentado Josué Figueiras de Souza viveu drama similar. Seu Souza, como é chamado pelos colegas, aposentou-se em 2010. Cansado de cumprir horário e comandar pessoas, achou que a aposentadoria seria o bálsamo após 45 anos na função de gestor público. Com o bom vencimento da aposentadoria em razão do cargo de chefia que ocupava, calculou que poderia fazer tudo que desejava e nunca havia feito.

“Que nada. Seis meses depois, comecei a me sentir deprimido. Busquei fazer algo que aliviasse a depressão. Lia, viajava quando podia e passei a me exercitar com caminhadas diariamente. Nada me tirava a depressão. Até os churrascos que sempre gostei de fazer para reunir a minha família não tinha mais vontade de fazer”, conta.

Marcos Henrique Souza conta que o pai se sentia desmoralizado: “Era como se estivesse socialmente ansioso e, quando o internamos, no início de 2012, tivemos a sorte de encontrar um médico que identificou logo de cara o TAG”. Apesar de ter projetado a aposentadoria como algo que lhe traria felicidade, seu Souza acabou criando um estado de ansiedade permanente com muita expectativa quanto ao futuro.

“ O Transtorno de Ansiedade Generalizada atinge 9% da população e é mais frequente em mulheres ”

NÓ NA GARGANTA

Assim como Janaína, seu Souza está fazendo terapia e afirma que “aquele nó na garganta que sentia, apesar do carinho da família e dos ex-colegas de trabalho, só começou a diminuir agora”, após três meses de iniciado o tratamento clínico e farmacológico. Além da psicoterapia, ambos tomam remédios para curar ou, pelo menos, controlar o TAG.

O Transtorno de Ansiedade Generalizada atinge 9% da população e é mais frequente em mulheres. Pesquisas feitas pelo Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, revelam que dois terços dos casos ocorrem em mulheres. ■



Do paganismo ao forró

Com origem no ritual da colheita dos povos europeus, as festas juninas se tornaram uma das maiores atrações do Nordeste, mas a comercialização do evento está destruindo as raízes dessa cultura popular

► Carla Lisboa

Várias cidades do Brasil fazem, em junho, as tradicionais festas juninas. É o mês em que se festejam os dias de São João Batista, São Pedro e Santo Antônio. Essa tradição, contudo, remonta às celebrações pagãs na Europa, anteriores ao Cristianismo, realizadas no solstício de verão, no hemisfério norte, quando se comemorava a colheita. É o que diz a antropóloga Maria Celeste Mira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ela conta que, com a expansão do Império Romano e o advento do Cristianismo, a Igreja Católica transformou aquela celebração nas festas dos três santos. “A de São João foi uma delas”, afirma Mira. Tanto que, na Península Ibérica, a festa de São João tinha, e ainda tem, um caráter devocional. Trazida para o Brasil pela Corte portuguesa, em 1808, essa comemoração adquiriu características que a tornaram a mais brasileira das festas ligadas a personagens bíblicos.

Aqui a comemoração do nascimento do precursor do Messias ganhou elementos simbólicos, ares de dramaturgia e forte tom pagão. “A quadrilha é um exemplo. Derivada da dança da nobreza cortesã francesa – há referências disso na quadrilha, como as expressões *anarriê* e *anavantu* –, ela não existe nas festas de São João em outros lugares do mundo”, observa Edson Farias, sociólogo da Universidade de Brasília (UnB). Com o tempo, Santo Antonio e São Pedro também passaram a ser comemorados com muita quadrilha, quermesse e festança.

O casamento caipira, outro elemento simbólico agregado a essa tradição pelo imaginário brasileiro, também não ocorre em outros países. A festa de São João brasileira tem uma forte marca nordestina, com um pai (coronel), um noivo (caipira, roceiro, sertanejo e, ao mesmo tempo, meio malandro), uma noiva (virgem) e um pároco. São figuras centrais do cenário tradicional nordestino do século XIX. Os estudos de Farias indicam que os folguedos “servem para integrar a população, que, em vez de ocupar uma posição passiva, de espectadora, participa, fazendo a festa”.

Outro símbolo usado nas festas de São João que enfatizam a identidade nordestina é a vestimenta



As festas juninas do Nordeste dão um show de animação e atraem turistas de toda parte

de cangaceiro nas quadrilhas. Elizabeth Christina de Andrade Lima, antropóloga da Universidade de Campina Grande, especializada em festas populares brasileiras, diz que o São João teve início no Brasil como um evento privado. “Os senhores de engenho montavam a festa e convidavam amigos e agregados”.

O NORDESTE COMANDA O “ARRAIÁ”

Apesar de serem comemoradas em todo o Brasil, é no Nordeste que as festas juninas ganharam grande expressão. Tanto quanto o Carnaval, elas mobilizam o turismo e a economia de algumas cidades da região com um arsenal de objetos e comidas. E apesar do forte apelo pagão, as festas são também momentos de grande religiosidade. Principalmente nas áreas onde a seca é um problema grave. O povo aproveita a ocasião para agradecer as chuvas na região aos três santos católicos.

Turistas vêm de longe acompanhar os festejos nas cidades nordestinas. Hotéis, comércios e clubes aumentam os lucros e geram empregos. E embora a maioria dos visitantes seja do Brasil, torna-se cada vez mais comum a presença de europeus, asiáticos, norte-americanos e latino-americanos de vários países-irmãos. As cidades de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB) se destacam pelas mais célebres e aguardadas festas da região. Em outras cidades as festas se estendem por todo o mês, regadas a muita música, brincadeiras e comidas típicas.

As tradições fazem parte das comemorações. Elas servem como centro para a famosa dança de quadrilhas. Os balões também compõem este cenário,

CIDADES ONDE A FESTA É FAMOSA



CARUARU

O São João desta cidade, localizada a 130 Km de Recife, é considerado o mais animado do Nordeste, com muito forró. São 30 dias de festança.



SÃO LUÍS

Diferente das outras festas juninas espalhadas pelo Nordeste, o São João de São Luís conta com o Bumba Meu Boi.



PETROLINA

Este ano Petrolina teve 15 dias programados de festa, com homenagem ao Rei do Baião, Luiz Gonzaga.



CAMPINA GRANDE

A 135 Km de João Pessoa, Campina Grande oferece aos visitantes uma das maiores festas juninas do país. O endereço é o Parque do Povo, onde ocorrem as quadrilhas, o forró pé de serra e muitos shows.



SALVADOR

A cidade costuma ser invadida por turistas brasileiros e estrangeiros. Com o Centro Histórico tomado pelo clima junino, é difícil resistir ao bolo de fubá, à canjica, milho verde, entre outras comidas vendidas nas barracas.



ARACAJU

Todos os anos a capital sergipana recebe o Forró Caju, carro chefe das comemorações das festas juninas do estado. Durante todo o mês ocorrem shows com artistas como Alceu Valença, Zé Ramalho e Fagner.

embora cada vez mais raros em função das leis que proíbem esta prática, em razão dos riscos de incêndio que representam. No Nordeste grupos festeiros ficam andando e cantando pelas ruas das cidades. Vão passando pelas casas, onde os moradores deixam para eles, nas janelas e nas portas, uma grande quantidade de comidas e bebidas.

Na Região Sudeste é tradição a realização de quermesses. Essas festas populares são realizadas por igrejas, colégios, sindicatos e empresas. Têm barraquinhas

com comidas típicas e jogos para animar os visitantes. A dança da quadrilha geralmente ocorre durante toda a quermesse. Como Santo Antônio é o “santo casamenteiro”, são comuns as simpatias das mulheres solteiras que querem casar. No dia 13 de junho as igrejas católicas distribuem o “pãozinho de Santo Antônio”. Diz a tradição que o pão bento deve ser colocado junto aos outros mantimentos da casa para que nunca ocorra a falta. As mulheres que querem se casar, diz a tradição, devem comer deste pão. ■

As incoerências do nosso tempo

► **Luiz Soares (*)**

É deveras interessante fazer uma reprise no tempo e tentarmos nos situar no breve caminho que a sociedade já percorreu. Naturalmente sob a ótica de paradigmas comportamentais, considerando o extrapolar das nossas emoções sensoriais com a luta pela sobrevivência puramente materializada.

O mundo vivenciou inúmeros acontecimentos humanísticos no século que teve início em 1914, por ocasião da Primeira Guerra Mundial: o problema com civilizações em todos os quadrantes do planeta; o totalitarismo na Europa; a globalização e a modernidade na América; o colonialismo no mundo não ocidental. Estranhamente, a realidade que nos afronta, na atualidade vincula-se ao forte declínio cultural, moral, intelectual e espiritual, de uma forma generalizada.

Comparativamente, George Carlin (1937-2008) assim afirma: “Nós bebemos demais, fumamos demais, gastamos sem critérios, dirigimos rápido demais, ficamos acordados até muito mais tarde, acordamos muito cansados, lemos muito pouco, assistimos a TV demais e rezamos raramente. Multiplicamos nossos bens, mas reduzimos nossos valores. Nós falamos demais, amamos raramente, odiamos frequentemente. Aprendemos a sobreviver, mas não a viver; adicionamos anos à nossa vida e não vida aos nossos anos”.



“ **Nós falamos demais, amamos raramente, odiamos frequentemente. Aprendemos a sobreviver, mas não a viver; adicionamos anos à nossa vida e não vida aos nossos anos** ”

Nem oito e nem oitenta. Se a balança pende para um lado dessas constatações, a mentalidade humana se confronta com a instabilidade diária, numa luta sem fronteiras. O resultado pode ser confirmado com

o aumento da fome, da miséria, dos conflitos, dos escândalos, enfim, da ausência da velha e surrada honestidade. No oposto totalitário irá se confirmar o radicalismo e o fanatismo, ocasionando distúrbios irreversíveis na solidificação da consciência crística coletiva.

É preciso intuir com os nossos propósitos. A intuição é um dom que surge com a meditação. A meditação nos situa no poder ilimitado do universo. O poder ilimitado, dentro de uma consciência qualitativa e não oportunista, nos direciona para o equilíbrio dessa balança enferrujada. Finalmente haveremos de chegar ao discernimento, tirando de dentro as nossas verdadeiras razões existenciais; e não esperando que venha de fora a nossa quietude como inquilinos do tempo sem prazo de validade.

Se você escolhe, logo você define em qual posição deva estar; se liberto e ilimitado ou submisso crônico aos desejos efêmeros que o mundo contemporâneo tem a nos oferecer. ■

(*) **Luiz Soares** é professor aposentado da ESAM, engenheiro agrônomo, poeta e associado da APSEF.

Concurso de poesias APSEF/2014

Regulamento do concurso de poesias 2014

PORTARIA APSEF Nº 43/2014

A PRESIDENTE DA APSEF, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve promover o CONCURSO DE POESIAS-2014, na forma constante deste Regulamento.

Art. 1º. O Concurso visa a incentivar a expressão poética dos seus associados. Podem participar do concurso todos os associados da APSEF.

Art. 2º. Cada participante poderá apresentar até 2 (dois) trabalhos inéditos, ou seja, aqueles que não tenham sido expostos ao conhecimento público por qualquer meio.

Art. 3º. As poesias, com tema livre, deverão ser enviadas em papel impresso, em espaço duplo e em no máximo 50 (cinquenta) linhas, em 2 (duas) vias para cada trabalho concorrente.

Art. 4º. Os trabalhos deverão ser remetidos à APSEF até o dia 24 de novembro de 2014, juntamente com a ficha de inscrição, para a sua sede, localizada no SCN – Quadra 01 – Bloco F – Sala 1.211 – Edifício América Office Tower – Brasília/DF – CEP: 70.712-903.

Art. 5º. A Comissão Julgadora será composta de três membros escolhidos pela Presidente da APSEF.

Art. 6º. Serão concedidos, em valor, prêmios aos 3 (três) primeiros classificados:

- **1º lugar:** Prêmio no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- **2º lugar:** Prêmio no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- **3º lugar:** Prêmio no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 7º. As poesias premiadas serão publicadas na revista Visão APSEF e no portal institucional.

Art. 8º. Os trabalhos não premiados serão publicados no portal institucional, sendo entregue aos autores “Certificado de Participação” no concurso.

Art. 9º. A Comissão Julgadora terá um prazo de até trinta (30) dias, a contar da entrega dos trabalhos dos concorrentes, para apresentar o resultado do concurso.

Art. 10º. Os resultados do Concurso serão anunciados no portal da APSEF (www.apsef.org.br).

Art. 11º. A ficha de inscrição encontra-se encartada nesta revista.

Maria Cecília Soares Landim



**“O POETA É UM FINGIDOR.
FINGE TÃO COMPLETAMENTE
QUE CHEGA A FINGIR QUE É DOR
A DOR QUE DEVERAS SENTE.**

**E OS QUE LÊM O QUE ESCREVE,
NA DOR LIDA SENTEM BEM,
NÃO AS DUAS QUE ELE TEVE,
MAS SÓ A QUE ELES NÃO TÊM.**

**E ASSIM NAS CALHAS DA RODA
GIRA, A ENTRETER A RAZÃO,
ESSE COMBOIO DE CORDA
QUE SE CHAMA O CORAÇÃO”.**

Fernando Pessoa

*Inspirada neste belo, poético
e instigante texto de Fer-
nando Pessoa, a APSEF
conclama seus associados
para participarem de mais
uma Edição do Concurso de
Poesias, na certeza de que
irá aflorar no coração de
cada associado seu espírito
poético e participativo.*

Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados

A APSEF oferece a você:

- Defesa intransigente dos direitos e interesses coletivos, em conformidade com a Constituição Federal e legislação vigente, mediante o exercício da representação
- Acompanhamento permanente da legislação para adoção de medidas administrativas e judiciais visando a preservação dos direitos dos associados e a garantia da paridade com os servidores em atividade
- Assistência à saúde, lazer, turismo e similares, por meio de convênios e parcerias firmadas
- Garantia da aplicação e revisão dos atos de aposentadorias e pensões decorrentes de legislação superveniente que propicie a melhoria dos proventos e pensões, na forma da lei, pelas vias administrativas e/ou judiciais
- Concursos e similares como incentivo à criatividade dos associados
- Divulgação de matérias, de caráter geral e específico, voltadas para o interesse e a atualização dos associados e da sociedade em geral, por meio eletrônico ou de periódico

ACESSE O NOSSO WEBSITE E ASSOCIE-SE!

WWW.APSEF.ORG.BR

SCN Qd. 01, Bloco "F", Nº 79
Salas 1211/1213 - Ed. América Office Tower
Brasília/DF - CEP: 70711-905
Contatos: (61) 3037.9072 / (61) 3034.3983
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br

